



# XXXII CONGRESO INTERNACIONAL ALAS PERÚ 2019



Hacia un nuevo horizonte de sentido histórico de una civilización de vida  
del 1 al 6 Diciembre - Lima

## *Educación alimentar em equipamentos sociais urbanos de alimentação e segurança alimentar e nutricional*

Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho (INJC/UFRJ)  
Fabiana Bom Kraemer (PPG-ANS/UERJ)  
Flávia Milagres (UNIRIO)

Financiamento CNPq/MCTIC Nº 016/2016-9

Apoio Rede Latino Americana de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede SSAN) e Rede Ibero-Americana de Pesquisa Qualitativa em Alimentação e Sociedade (Rede Naus).

Educar a população tem sido uma estratégia política desde anos 40 no Brasil. Hoje as novas formas de comensalidade envolvem um convívio social transmidializado numa cultura *over* de informação sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O objetivo desse trabalho foi analisar a construção de cidadania em 20 projetos de SAN realizados por diferentes atores sociais em equipamentos sociais urbanos. O problema foi: Como a comensalidade em espaços como feiras e bancos de alimentos, cantinas escolares, restaurantes universitários e cozinhas comunitárias dão existência ao papel social de cidadão? A metodologia em parte conceitual (teoria praxiológica de Pierre Bourdieu) atualiza um contorno para o papel de cidadão e para definição de equipamentos sociais de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Análise de conteúdo sistematizou elementos dos projetos para uma classificação em um conjunto de categorias apropriadas. Foram construídas duas categorias analíticas contextualizadas segundo os dados da cultura local. A primeira 'cidadão – por que não?' observamos que o conteúdo articulado a argumentos orientadores de Políticas Públicas envolvidas no tema SAN e EAN legitima Direitos e o pertencimento a uma vida política. Portanto, um discurso cidadão pressupõe um sujeito minimamente informado e politizado. Os conteúdos de SAN capitalizam para inclusão social. A segunda, 'consumo alimentar', povoou objetivos, diagnósticos e estratégias de EAN, afirmando vínculos fortes entre os atores sociais do projeto, o contexto sociocultural e padrões de alimentação saudável e atribuiu sentido de proteção social e cooperação. Concluindo, os equipamentos sociais se ampliam em conexões virtuais alternativas e são produtores de saberes e cidadania.

## 1. INTRODUÇÃO



# XXXII CONGRESO INTERNACIONAL ALAS PERÚ 2019



Hacia un nuevo horizonte de sentido histórico de una civilización de vida  
del 1 al 6 Diciembre - Lima

Uma ação educadora na prática não escapa à complexidade da vida, e cada vez mais precisa de uma ética mínima (CORTINA, 2009), para enfrentar a excessiva moralização sobre o comer (certo versus errado). O referencial teórico nessa perspectiva ética sustenta um conceito de educação que está por toda parte, uma experiência coletiva que nos ensina a viver juntos com modos que passam silenciosamente entre gerações, sem necessariamente precisar de um consentimento, porque acontecem sem percebermos. Segundo Carlos Brandão (1984), ninguém escapa dessa educação cotidiana. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos partes de nossas vidas com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias nos misturamos coletivamente nas relações com uma, ou com várias educações. Essa é uma educação que se inscreve na cultura e se reproduz socialmente com apetites 'coletivos', tornados comum no tempo em que vivem. Educação e comunicação se misturam no campo da Alimentação e Nutrição como condutores de um processo contínuo de permanências/mudanças culturais ao longo do tempo.

Nossa principal conexão nessa perspectiva é com a interatividade: o conhecimento no processo comunicativo e interativo de redes sociais. Em nossa realidade brasileira o conteúdo digital pode ser um recurso disponível na busca de soluções locais para alimentação. Nesse sentido, foi desenvolvido um curso nos moldes de educação à distância, intitulado "Educação Alimentar em Equipamentos Sociais". A pergunta central que guiou a elaboração do curso foi como orientar tecnologias educacionais ao encontro da construção de cidadania nos equipamentos sociais, entendidos aqui como um espaço social nuclear na valorização da cultura alimentar local, promoção da cidadania e da realização do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA).

Os equipamentos sociais estão incumbidos de transmitir mensagens ao mesmo tempo em que se constituem como um consenso cultural nos termos de repertório de gostos, estilos, culinárias, mas também concepções de DHAA, soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) e agroecologia. Entendemos que esses equipamentos têm vocação para compartilhar saberes e redes de solidariedade e cooperação na implementação de participação política e dinâmicas cidadãs em suas práticas cotidianas.

A incorporação dos sentidos de cidadania está marcada por uma permanente negociação na construção de novos esquemas de percepção, novas sensibilidades e subjetividades estabelecidas entre ensinar/aprender, saber/poder e realidade/verdade. A condução/compreensão/interpretação deste fenômeno complexo de construção de cidadania necessariamente envolve o entrelaçamento de diferentes saberes que circulam nestes entroncamentos de relações e



# XXXII CONGRESO INTERNACIONAL ALAS PERÚ 2019



Hacia un nuevo horizonte de sentido histórico de una civilización de vida  
del 1 al 6 Diciembre - Lima

distanciam-se de um cardápio de mudanças padronizadas de comportamento humano: cidadania não é algo que se consome de pronta entrega.

Ao longo do curso EaD os participantes elaboraram uma proposta de ação educativa e sobre este trabalho apresentado buscamos refletir a construção de cidadania. Como esses projetos articulam o sentimento de cidadania às temáticas da educação alimentar e nutricional (EAN) em equipamentos sociais urbanos. O desenvolvimento de projetos de EAN representou um exercício de incorporação de experiências de diferentes atores sociais e orientações políticas e nossa proposta de lançar um olhar analítico sobre essa elaboração foi o caminho escolhido para chegar do coletivo ao privado: quais modos fazem dos estudantes de cidadania novos cidadãos? Os projetos configuram um exercício de pertencimento e inclusão social em questões públicas, permeado por sentidos. Se o curso foi uma forma de atualizar concepções e pressupostos nas práticas sociais como um todo, resta-nos conhecer o desdobramento dessas questões públicas no universo mais privativo dos textos elaborados por cada um. Isto possibilitou olhar para a realização do DHAA através das ações de indivíduos e comunidades concretas, tratando da melhoria das condições territoriais para lidar com o mal-estar e construir formas de viver bem juntos, entendendo que assim se realiza o DHAA.

## 2. METODOLOGIA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A *práxis* representa um campo de saber onde é possível perceber as mediações entre agente social e sociedade, entre o saber construído pelos atores e arranjos estruturados - solo dessas relações que se renovam e multiplicam (PINHEIRO, LUZ, 2003). Demasiado complexa, as práticas discursivas presentes nos projetos demandam uma extrema vigilância de utilização de técnicas e de sua adequação à construção do sentir-se cidadão. Tomando o conhecimento praxiológico, procuramos apreender não somente as estruturas objetivas dos equipamentos sociais descritas nos projetos, mas as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam (BOURDIEU, 1994). Assim sendo, nos interessa os princípios de construção do conceito de cidadania nos projetos de agentes sociais.

A conceituação, então, foi a primeira etapa do percurso metodológico desse estudo. A seleção de argumentos teóricos aprofundou raízes de termos como cidadania, situando-os em uma trajetória de pensamento contextualizada no cenário de uma arquitetura aberta da internet onde estava o EaD. O conceito de cidadania foi objeto e ao mesmo tempo ferramenta para o pesquisador que analisava os projetos. Se por um lado, esse termo cidadania é somente mais um no nosso vocabulário, por outro, os significados divergem e fazem sentido na prática, quando compomos nossos discursos com ele.



# XXXII CONGRESO INTERNACIONAL ALAS PERÚ 2019



Hacia un nuevo horizonte de sentido histórico de una civilización de vida  
del 1 al 6 Diciembre - Lima

Numa perspectiva teórico-conceitual de metodologia, o conceito de cidadania baliza questões sociais profundas da sociedade contemporânea como processo de emancipação, distribuição de renda e estratificação social, o que orienta novas construções e discursos nas práticas de EAN desenvolvidas em equipamentos sociais. Assim, tomamos as ações educativas propostas durante o curso EaD, em seu conjunto, como 'projetos', para análise.

Para estudo dos 20 projetos elaborados pelos participantes do curso optou-se pela técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2010), recorrendo a análise temática (GUEST, 2012). Segundo Vala (1986), a análise de conteúdo permite fazer inferências sobre as condições de produção, pela fonte, do material objeto da análise, já que:

[...] o material sujeito à análise de conteúdo é concebido como o resultado de uma rede complexa de condições de produção, cabendo ao analista construir um modelo capaz de permitir inferências sobre uma ou várias dessas condições de produção. Trata-se da desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços de significação [...]

Definidos, então, os objetivos do estudo, o quadro teórico que o orientou e o corpus de análise passou-se à construção das categorias analíticas. O conjunto de pressuposições teóricas nos posicionou eticamente diante dos modos como identificamos os significados de cidadania nos textos. Os processos de EAN seguem diretrizes de políticas públicas que legitimam suas ações e capitalizam os agentes gestores dos planos, o que nos motiva a compreender como esses agentes aplicam em suas práticas essas diretrizes. Defender o DHAA ou a soberania alimentar e SAN se dá no discurso de formas diferenciadas e são essas diferenças que nos levaram a pergunta-guia: como a comensalidade em espaços como feiras e bancos de alimentos, cantinas escolares, restaurantes universitários e cozinhas comunitárias dão existência ao papel social de cidadão?

Foram sistematizados, então, elementos de significação dos projetos para uma classificação em um conjunto de categorias apropriadas ao objetivo desse trabalho e constitutivos da mensagem. A partir dos dados da cultura local apresentados nos projetos, selecionamos duas categorias para análise a partir de pontos de convergência nos conteúdos (Quadro 1). A seguir procedeu-se a seleção das unidades de análise e a quantificação.



# XXXII CONGRESO INTERNACIONAL ALAS PERÚ 2019



Hacia un nuevo horizonte de sentido histórico de una civilización de vida  
del 1 al 6 Diciembre - Lima

Quadro 1. Classificação de categorias de análise.

Aspecto Analisado	Categorias	Amostragem
Construção de cidadania	1. Cidadão – por que não? 2. Consumo alimentar	Elementos dos projetos: equipamento social, plano de ação de EAN, divulgação, cartografia social, redes de colaboração.

Fonte: autores, 2019.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O curso foi desenvolvido no laboratório digital de educação alimentar (LADIG'E) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em parceria com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e visou principalmente à capacitação de profissionais da área que realizam ou desejam realizar trabalhos educativos e estejam comprometidos com o DHAA. Totalmente gratuito, é parte da proposta do CNPq e MCTIC na construção de uma rede de enfrentamento à desigualdade social na América Latina. O curso foi desenvolvido em um Ambiente Virtual de Aprendizagem, contou com textos, videoaulas e exercícios, que compuseram um plano de trabalho de 160 horas, distribuídas nos módulos apresentados no Quadro 2.

As tarefas de cada módulo relacionavam-se ao conteúdo programático do curso que foi construído em ordem crescente de complexidade de modo que, ao final, os projetos já estivessem delineados e contemplando os conteúdos trabalhados. Os projetos foram entregues ao final do curso contemplando as tarefas dos módulos 2 a 6.

Quadro 2. Módulos do curso e respectivas tarefas

Módulo	Conteúdo	Tarefa
1	Semana de ambientação – EAD e as novas técnicas de ensino aprendizagem	---
2	Soberania e segurança alimentar e nutricional em equipamentos sociais	Definição de um equipamento social
3	Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na desigualdade social	Plano de ação de EAN: objetivo, território/local, metodologia, avaliação
4	Cultura alimentar e culinária	Divulgação atividade educação alimentar e nutricional: cartaz, post
5	Construtivismo	Cartografia social
6	Redes sociais	Mapa de redes de colaboração

Fonte: autores, 2019.



# XXXII CONGRESO INTERNACIONAL ALAS PERÚ 2019



Hacia un nuevo horizonte de sentido histórico de una civilización de vida  
del 1 al 6 Diciembre - Lima

A partir das categorias analíticas, foi realizada a codificação do corpus, sendo que os dados brutos foram transformados sistematicamente de modo agregado em unidades de significação, permitindo atingir uma representação do conteúdo. A seguir, as unidades de registro foram codificadas em unidades de contexto, podendo estabelecer um quadro geral (Quadro 3).

Quadro 3. Análise de Conteúdo.

Categorias	Componentes	Número de itens presentes	Total por Categoria
Cidadão - por que não?	Programas: PNAE <sup>a</sup> , PAA <sup>b</sup> , PRONAF <sup>c</sup>	7	26
	Rodas, dinâmicas e debates	8	
	Atividade de horta e agroecológicas	5	
	Rede colaborativa	6	
Consumo alimentar	Guia Alimentar: culinária emancipatória, rotulagem, valorização cultura local, ambiente sustentável	6	28
	Restaurantes ou cantinas com assistência social	7	
	Hortas escolares e comunitárias	6	
	Feiras, redes de apoio comercial e de distribuição	3	
	Práticas culinárias	6	
<b>Número total de elementos selecionados para análise</b>		<b>54</b>	

Fonte: autores, 2019.

Legenda: <sup>a</sup>Programa Nacional de Alimentação Escolar, <sup>b</sup>Programa de Aquisição de Alimentos, <sup>c</sup>Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O alimento elevado ao seu caráter de acesso universal e de inclusão social pela emenda constitucional 64, que inclui a alimentação entre os direitos sociais, fixados na Constituição Federal (BRASIL, 2016), reforça a importância de uma série de políticas dirigidas à inclusão social e a grupos socialmente vulnerabilizados, tais como: assistência social, transferência de renda, restaurantes populares, programas de controle das carências nutricionais, alimentação do trabalhador, alimentação escolar, políticas territoriais e afirmativas dirigidas a comunidades tradicionais e povos indígenas.

Assim, estar ciente e afirmar políticas públicas como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que visa reorganizar, qualificar e aperfeiçoar ações



# XXXII CONGRESO INTERNACIONAL ALAS PERÚ 2019



Hacia un nuevo horizonte de sentido histórico de una civilización de vida  
del 1 al 6 Diciembre - Lima

do SUS para o enfrentamento da situação alimentar e nutricional dos brasileiros, é também afirmar um papel de cidadão, de pertencimento a um corpo maior, a uma unidade comum, e nesse sentido foi analisado como formador de cidadania. Nas aulas de EaD os participantes foram orientados a seguir os textos de Políticas Públicas. Por exemplo, foi referenciado o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) 2016/2019, por apresentar programas e ações relacionados à oferta de alimentos a estudantes, trabalhadores e pessoas em vulnerabilidade alimentar, dentre eles a Rede de Equipamentos de Alimentação e Nutrição, como uma ação, entre outras, para contemplar a diretriz 01 da PNSAN – a promoção do Acesso Universal à Alimentação Adequada e Saudável (CAISAN, 2011).

A (re)afirmação de políticas públicas esteve presente de um modo mandatório, não houve margem para problematização no modo como as políticas foram apresentadas. Não cabia debate no texto, nem questionamento sobre os desdobramentos negativos que poderiam influenciar o processo educativo, o que nos levou a compreender essa inserção nos textos como algo naturalizado: não há nada contrário ao que um documento de política pública propõe como Direito e, portanto, não há razão para questioná-lo. O questionamento faria sentido se houvesse alguma intenção de censurar a ideia central, ou mesmo a isso representar um posicionamento desfavorável ao DHAA. Entendemos que essa limitação de questionamento engendrou o sentido 'Cidadão: por que não', que reflete o esvaziamento de personalidade na construção do texto. O posicionamento era evidente e natural e não suscitava aproximações pessoais.

A referência a Políticas Públicas exerceu papel determinante na construção dos projetos. Foram citadas políticas e programas como PNAN, PNAE, PRONAF, PAA, conforme apresentado no quadro 3 de análise de conteúdo, como forma de legitimar o pertencimento a uma unidade comum nacional. O posicionamento em defesa do DHAA nos textos nos pareceu instável sem esse apoio de citação. Caso contrário, o argumento ficaria frágil e a redação ficaria incompleta. As ações de educação alimentar propostas em prol do DHAA não eram apresentadas com a naturalidade de uma ordem do senso comum. O DHAA produziu-se como resultado permanentemente em suspenso do conflito sobre aquilo que os diversos atores sociais supõem que ele deva ser, ou seja, o que é orientado pelas Políticas Públicas.

Analisamos a maior parte das citações de Políticas Públicas como um recurso em busca da legitimação de cidadania. Cidadania neste caso seria estar ciente de direitos e deveres assegurados pelo governo tendo nessa condição algum poder através da participação de decisões políticas. Os programas de restaurantes populares, em escolas e universidades, assim como os bancos de alimentos e cozinhas comunitárias, foram legitimados como espaços de DHAA e SAN pelas Políticas de SSAN (BRASIL, 2008), são fruto de fóruns, conselhos, entidades diversas e movimentos militantes. Operacionalmente essas políticas chancelam as



# XXXII CONGRESO INTERNACIONAL ALAS PERÚ 2019



Hacia un nuevo horizonte de sentido histórico de una civilización de vida  
del 1 al 6 Diciembre - Lima

ações e conferem cidadania aos equipamentos e dos agentes sociais. São jargões e chavões que abrem portas para o DHAA e para proteção social.

Nos projetos apareceu também a valorização da agricultura familiar, da agroecologia e das atividades em hortas, como uma estratégia de inclusão social. Em nosso enfoque no curso, apresentamos o fomento à agricultura familiar como forma de garantir a estabilidade desse produtor, principalmente, na distribuição de alimentos à população em situação de vulnerabilidade social. Experiências exitosas de sistemas de cultivo agroecológico têm sido divulgadas como exemplo de tecnologias orientadas à solução de problemas associados à exclusão social, como uma tecnologia social.

As metodologias e procedimentos dos projetos de EAN priorizaram a informação a população alvo, promovendo uma aproximação afetuosa com a comunidade. Apareceram planos de implementação de metodologias ativas de EAN reforçando a participação popular em debates e palestras sobre alimentação saudável a preço acessível. Rodas, dinâmicas e redes colaborativas foram associadas como estratégias de mobilização para ação, entendida como parte do processo de 'tornar-se cidadão'.

As ações de EAN, os usos de chavões das políticas públicas envolvendo DHAA e SAN, assim como propagandas de alimentação saudável legitimaram as atividades de inclusão social desenvolvidas nos equipamentos sociais de alimentação e nutrição de um modo inocente diante da complexidade dos processos de exclusão social que vivemos hoje. Os conflitos entre a esfera privada de direitos e a construção de um espaço coletivo de direitos não foi apontada nas etapas dos projetos.

Nos projetos analisados, a comensalidade e a culinária foram o fio condutor de ações desenvolvidas presencialmente em equipamentos públicos ou em redes sociais. Observamos uma disposição para intervenção em prol de um comer junto nas ações propostas nos projetos, onde as mensagens disseminadas visavam mudanças e incorporação de regras sociais em torno da divisão de alimentos, legitimadas pelas orientações de Políticas Públicas. Assim, olhamos para os projetos considerando que a comensalidade, que de certo modo uniu as ações de EAN analisadas, pode servir para pensar diferentes dimensões desse binômio inclusão/exclusão social.

Uma hipótese para a valorização da comensalidade nas ações de EAN pode estar relacionada à inclusão deste conceito no Guia Alimentar para População Brasileira (BRASIL, 2014), documento oficial que estabelece diretrizes alimentares oficiais para a população brasileira, configurando-se como instrumento de apoio às ações de educação alimentar e nutricional nos diversos setores.

Essa comensalidade se apresenta a partir de orientações como: comer com regularidade e com atenção; comer em ambientes apropriados; e comer em





# XXXII CONGRESO INTERNACIONAL ALAS PERÚ 2019



Hacia un nuevo horizonte de sentido histórico de una civilización de vida  
del 1 al 6 Diciembre - Lima

companhia. Mas, como afirmam Wolzz e Prado (2006) “é complexa, plural e permite muitas definições” (p. 50). E, é justamente pela sua plasticidade que podemos pensar a comensalidade como uma dimensão para discutir a inclusão social e/ou a exclusão social, seja num partilhar a mesa de forma agradável e ativa, seja orientada por um padrão cultural do ‘comer para viver’.

A categoria ‘consumo alimentar’, povoou objetivos, diagnósticos e estratégias de EAN, afirmando vínculos fortes entre os atores sociais do projeto, o contexto sociocultural e padrões de alimentação saudável. Restaurantes foram muito citados sem elementos de padronização ou regulamentação formalizada, mas sempre apresentados com uma disposição para alimentação saudável, articulados principalmente a um baixo custo e alta acessibilidade. Compreendemos que essas são justificativas de um equipamento social pautado por pressupostos de políticas contra fome e insegurança alimentar. De modo semelhante, feiras e hortas se tornaram lugares específicos de consumo e/ou produção de alimentos para coletividades com argumento de partilha e direito.

Em muitos casos, a promoção de alimentação saudável, estimulada nas políticas podem se colocar como objeto de resistência, quando representam uma possibilidade de criar espaços de luta e de agenciar possibilidades de enfrentamento da desigualdade social, como vemos presente nas propostas de promoção de práticas educativas em alimentação e nutrição, citadas nos projetos. Muitas vezes, práticas estas fundadas na promoção de uma alimentação saudável produzindo discursos de verdade sobre o comer bem, como tática para garantir uma SAN. No entanto, refletindo sobre esse ativismo presente nos projetos, ao mesmo tempo em que buscam anular os poderes que impõem a desigualdade social, segundo Foucault (2007), a resistência é, às vezes, o resultado das relações de poder, pois ela se dá onde há poder, e, assim, ela é tão produtiva e inventiva quanto o poder.

“Esses discursos da promoção de saúde, em que a alimentação saudável está incluída, (...), nos atravessam, constituem e oferecem uma ética (...) no sentido de um meio pelo qual podemos avaliar nossos desejos, atitudes e condutas em relação aos estabelecidos pelos especialistas. Como tal, a promoção da saúde e da alimentação saudável é uma forma do governo operar seu poder(...) fazendo de nós o que somos hoje” (KRAEMER et al, 20014, p.1351).

A cultura alimentar local e o envolvimento de práticas culinárias foram mencionados em vários projetos, o que nos indica algo sobre a disposição dos planejadores de EAN em conhecer a prática alimentar local. No entanto, há que se problematizar certa contradição entre conhecer a cultura local e perpetuar uma só alimentação saudável. Esses princípios de alimentação saudável e cultura local guardam entre si uma tensão silenciada, pois considerando a legitimação de um



# XXXII CONGRESO INTERNACIONAL ALAS PERÚ 2019



Hacia un nuevo horizonte de sentido histórico de una civilización de vida  
del 1 al 6 Diciembre - Lima

padrão nacional de alimentação saudável, como a cultura alimentar local pode escapar a essa superioridade?

Esta questão nos faz lembrar a discussão de Giddens (1991) sobre a visão romanceada da comunidade, que muitas vezes está presente nas análises sociais quando as culturas tradicionais são comparadas às modernas. O autor enfatiza a importância das relações localizadas em termos de lugar, em que este não foi transformado pelas relações tempo-espaço distanciadas e, assim, nestas comunidades, em sua grande maioria, a população era relativamente imóvel e isolada, e a localidade contribuía para segurança ontológica de maneira que são substancialmente dissolvidas em circunstâncias de modernidade. Nos cenários pré-modernos, as estruturas através das quais o lugar se constitui, não são mais organizadas localmente. “O local e o global, em outras palavras, tornaram-se inextricavelmente entrelaçados” (Giddens, 1991, p. 98). Mesmo mantendo sentimentos de identificação com lugares, eles mesmos estão desencaixados e se encontram também salpicados de influências muito mais distantes.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de material produzido no curso EaD - projetos de EAN para equipamentos sociais urbanos de alimentação e Segurança Alimentar - nos propusemos a refletir sobre a construção de cidadania presente, em algum grau, no imaginário social. Assim, partimos do princípio que um processo educativo em prol do direito humano se realiza na conexão sujeito e sociedade, quando o comer, ou o falar sobre o comer, garante liberdades básicas para cada um, mas que promovem melhores condições de vida para todos. A apropriação dos direitos humanos faz sentido na prática, e, embora os equipamentos sociais dos projetos tenham mostrado vocação para compartilhar saberes e redes de solidariedade, são espaços com práticas comunicacionais alienadas de sua potência.

O DHAA foi um imperativo flutuante nas entrelinhas dos projetos. Observamos que o conteúdo articulado a argumentos orientadores de Políticas Públicas envolvidas no tema SAN e EAN legitima Direitos e o pertencimento a uma vida política. Portanto, um discurso cidadão pressupõe um sujeito minimamente informado e politizado. No entanto, muitas metodologias nos pareceram distantes do que seria possível ser realizado *in loco*, o que nos levou a questionar como os planejadores esperavam que seu público alvo vivenciasse ou consumisse seus direitos garantidos por lei na prática?

A inclusão esteve associada à construção de cidadania e aos Direitos Humanos: os projetos propagaram a inclusão social como decorrente do DHAA quando este se realizava segundo os critérios do saudável. Ser saudável representou estar dentro do que nos faz cidadãos de direitos. Por outro lado, não se



# XXXII CONGRESSO INTERNACIONAL ALAS PERÚ 2019



Hacia un nuevo horizonte de sentido histórico de una civilización de vida  
del 1 al 6 Diciembre - Lima

alimentar de modo saudável é estar excluído dos direitos, fosse por opção ou falta de opção. O conflito existente entre esse 'consumo saudável' e a disposição dos planejadores de EAN em conhecer a prática alimentar local, inferida a partir da repetida menção à cultura local nas ações de EAN, não é mencionada ou problematizada nos projetos analisados.

A politização seria uma condição para construção de cidadania como alternativa ao sistema hegemônico de produção e consumo. Aproveitar o potencial dos equipamentos sociais de alimentação e das ações de EAN a eles vinculadas representa um desafio para construção da cidadania, com muitas possibilidades a serem exploradas. No entanto, o aspecto mandatário de afirmações de políticas públicas limita a construção de alternativas criativas em defesa dos direitos humanos e reflete um esvaziamento de personalidade na construção do texto. O posicionamento político sendo evidente e naturalizado esconde nos textos uma espécie de neutralidade que conduz ao sentido 'Cidadão: por que não'?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Bardan, L. (2010). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, Ltda.
2. Bourdieu, P. (1994). Esboço de uma Teoria da Prática. In R. Ortiz (Org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu* (46-86). São Paulo: Editora Ática.
3. Brandão, C.R. (1984). *O que é educação*. 12ª edição. São Paulo: Brasiliense.
4. Brasil (2016). *Emenda constitucional nº. 64*. Recuperado a 16 de outubro de 2016 em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm).
5. \_\_\_\_\_. (2014). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica*. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde.
6. \_\_\_\_\_. (2008). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Desenvolvimento Social. *Guia de políticas e programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. MDS, 2008.
7. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (2011). *Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015*. -- Brasília, DF: CAISAN.
8. Cortina, A. (2009). *Ética Mínima: introdução à filosofia prática*. São Paulo: Martins Fontes.
9. Foucault, M. (2008). *Microfísica do poder*. 23ed. São Paulo: Graal.
10. Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade / Anthony Giddens; tradução de Raul Fiker*. - São Paulo: Editora UNESP.
11. Guest, G. (2012). *Applied Thematic Analysis*. Sage Publications, Thousand Oaks, California.



# XXXII CONGRESO INTERNACIONAL ALAS PERÚ 2019



Hacia un nuevo horizonte de sentido histórico de una civilización de vida  
del 1 al 6 Diciembre - Lima

12. Kraemer, F.B., Prado, S.D., Ferreira, F.R., & Carvalho, M.C.V.S. (2014). O discurso sobre a alimentação saudável como estratégia de biopoder. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 24(4), 1337-1360. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312014000400016>
13. Pinheiro, R.; Luz, M.T. (2003) Práticas eficazes x modelos ideais: ação e pensamento na construção da integralidade. In R. Pinheiro, R. Mattos (Orgs.). *Construção da integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde*. Rio de Janeiro: UERJ, Ministério da Saúde, Abrasco.
14. Vala, J. (1999) A análise de conteúdo. In A.S. Silva, J.M. Pinto (Org.). *Metodologia das ciências sociais* (101-128). 10. ed. Porto, Portugal: Afrontamento.
15. Wolls, L. E.B.; Prado, S.D. (2016). Cinema e comensalidade: aspectos simbólicos da comida a partir da linguagem cinematográfica. In F.R. Ferreira, S.D. Prado, E.P. Vargas, C.M. Seixas (Org), *Cinema e comensalidade*. Curitiba: CRV.